

PROJETOS FORMATIVOS NAS CRISES DA MODERNIDADE: educação pública brasileira e reformas educativas

*PROYECTOS FORMATIVOS EN LAS CRISIS DE LA MODERNIDAD: educación pública
brasileña y reformas educativas*

*TRAINING PROJECTS IN THE CRISIS OF MODERNITY: Brazilian public education and
educational reforms*

*PROJETS DE FORMATION DANS LES CRISES DE LA MODERNITÉ : l'éducation publique
brésilienne et les réformes éducatives*



Bárbara Ortega* 

Santiago Pich** 

Caroline Bresolin Maia*** 

Introdução

Pensar a contemporaneidade nos lança em um fluxo de discursos/estruturas complexas e imbricadas, que indicam a superexploração de todos os seres vivos em detrimento de uma lógica econômica específica. São discursos progressistas de esquerda pela igualdade de oportunidades, antirracistas, feministas e anticolonialistas que muitas vezes não apontam para projetos societários em comum, capturados pelo fenômeno da individualização de pautas neoliberal. Estes últimos coexistem com discursos patriotas, nacionalistas, racistas e violentos da extrema direita que disputam os cargos políticos e de decisão social, prometendo uma justiça que a esquerda não conseguiu

* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

*** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A pesquisa foi desenvolvida com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes).

cumprir em governos da social-democracia a partir do século XX no Ocidente e especialmente na América Latina.

Vivendo dentro dessas distinções, a sociedade enfrenta sintomas de um modelo econômico e político competitivo que não garante vagas para todos, tornando as pessoas cada vez mais dependentes do uso de fármacos para sobreviver ao dia a dia exploratório. Com a financeirização econômica e o modelo -fictício para a maioria- do empreendedor bem sucedido, há a impossibilidade da fuga da dívida econômica, medicamentos contra depressão e ansiedade, pílulas para otimizar capacidade de atenção, emagrecer ou não envelhecer. Essas práticas altamente estimuladas pelo mercado apontam para um entristecimento crônico de pessoas na atualidade, que nos leva a indagar: quais são as razões para essa tristeza generalizada? Quais são os dispositivos que operam para essa sensação de insuficiência e esgotamento?

Compreendendo que esse processo participa de um quadro amplo de crises do capitalismo, no qual novas subjetividade¹s, projetos formativos, são colocados em disputa, este trabalho se estrutura a partir de dois eixos principais: 1) trabalhamos com a tese de que tal crise de subjetividade está fortemente atrelada à crise do sistema capitalista. Para Fraser e Jaeggi (2020, p. 89), esta última se materializa quando “[...] há um problema concreto, em que arranjos existentes deparam objetivamente com dificuldades e são subjetivamente experienciados como problemáticos”, emergindo outra fase do sistema capitalista, que busca superar os problemas do regime anterior, mas que apresenta novos problemas: o neoliberalismo; 2) Além disso, consideramos que a abordagem sobre governamentalidade proposta por Foucault, proporciona um arcabouço teórico relevante para entender como o neoliberalismo molda subjetividades e transforma a autonomia individual em uma série de decisões econômicas, orientadas pela lógica de mercado e pela auto otimização, redimensionando conceitos como cidadania e direitos sociais.

Nessa nova ordem mundial, que possui como princípio a competição (Dardot; Laval, 2016), há uma reorganização do Estado e outras instituições clássicas como a Escola. O Estado agora responsável por criar um quadro

¹ Entendemos as complexidades entre neoliberalismo e produção de subjetividade, compreendendo esta última a partir de dois aspectos: subjetivação e sujeitamento. Aprofundaremos essa concepção ao longo do texto, conforme a abordagem proposta por Lazzarato (2014).

favorável às decisões individuais direciona seus recursos ao equilíbrio econômico desejado pelos oligopólios do mercado financeiro. Esse movimento de financeirização do capital transforma dinheiro público em renda, na lógica da privatização, contra o princípio do “comum”, inapropriável por definição (Laval; Dardot, 2019).

Em uma sociedade estruturada a partir da lógica neoliberal, qualquer desequilíbrio apresentado pelo mercado ameaça, por reflexo, todas as instituições (Laval; Dardot, 2019). Essa grade econômica de inteligibilidade aplicada a tudo e todos permite testar a ação, não apenas governamental, mas das instituições clássicas como Escola, Igreja, Prisões, Hospitais etc. e aferir sua validade e sua eficácia (Foucault, 2008), de modo a causar crise de sentidos nos sistemas educativos, de saúde, jurídicos, dentre outros. Em um mundo em que há uma guerra contra os viventes (Lazzarato, 2020), onde a vida deve se submeter à lógica econômica que organiza as diversas instituições, talvez, a única instituição que não esteja realmente em crise seja o Exército (Falquet, 2023).

A instituição escolar, como parte do braço esquerdo do Estado² que cuida, educa e nutre, portanto, é reorganizada a partir das reformas neoliberais. A partir disso, o objetivo deste artigo é analisar o capitalismo contemporâneo – que aqui, utilizaremos como equivalente a capitalismo neoliberal – e seus efeitos de crise nas instituições modernas, em particular, a escola pública gratuita, trazendo a luz, brevemente, o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como parte de tal reforma de subjetividades, através da aplicação da pedagogia das competências.

Conjuntura Socioeconômica

Na modernidade há uma tentativa de transferir a teoria do capital humano, antes apenas no campo econômico, para outros campos da vida social (Foucault, 2008). Esse movimento de pensar o ponto de vista do trabalhador, se preocupando em estudar “o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (idem., p. 307), faz parte da perspectiva neoliberal. Ao mesmo tem-

² Expressão utilizada por Loic Wacquant no documentário “A Sociologia é um esporte de combate” (2002).

po que o trabalho é um capital, uma fonte de renda, ele é inseparável de quem o realiza: o trabalhador com sua competência. Deste modo, a governamentalidade neoliberal trata não apenas de questões econômicas, mas da formação desse *homo oeconomicus empresarial*, do sujeito como empresário de si mesmo, que consome e produz sua própria satisfação. O sujeito é assim tornado recurso e capital humano que deve, a partir do seu interesse próprio fazer um cálculo econômétrico do investimento dos seus recursos, sempre escassos.

A crise de subjetividade no contexto do capitalismo contemporâneo, conforme discutido por Fraser e Jaeggi (2020), é intrinsecamente ligada às crises econômicas e sociais que emergem da instabilidade neoliberal. As autoras argumentam que a crise não deve ser vista apenas como um colapso econômico ou institucional, mas como um momento de ruptura que expõe as contradições internas do sistema, possibilitando uma reconfiguração social. Destacam que a crise é também uma falha na reprodução social, onde práticas e instituições que deveriam sustentar a sociedade falham, exacerbando o sentimento de insuficiência e esgotamento das subjetividades. Complementam ainda, que o capitalismo neoliberal intensifica crises em múltiplas esferas, como a ecológica, econômica e política, revelando a interdependência dessas esferas na manutenção do sistema. Este cenário de crise, então, não apenas reflete os problemas estruturais do neoliberalismo, mas também transforma as subjetividades, orientando-as para uma lógica de auto otimização e eficiência que reduz a autonomia individual a decisões econômicas, exacerbando sentimentos de fracasso e endividamento pessoal.

A partir desse projeto, também colonial, reformas neoliberais são implantadas para investimento no capital humano em países de primeiro mundo, ao passo que na periferia capitalista há uma insuficiência de investimentos nesse capital (Foucault, 2008). O neoliberalismo americano, diferenciado por Foucault (2008) do ordoliberalismo³ alemão, busca generalizar a forma eco-

³ O *ordoliberalismo* é uma vertente do liberalismo desenvolvida na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, que Foucault explora em suas aulas no Collège de France (Foucault, 2008). Diferente do liberalismo clássico, que propõe um Estado mínimo, o *ordoliberalismo* defende a intervenção estatal como essencial para criar e manter as condições ideais para o funcionamento do mercado. O Estado, nesse modelo, não atua como um agente econômico direto, mas como um regulador que assegura a competição justa e eficiente.

nômica para todo o social. A generalização da forma econômica funciona como um princípio de inteligibilidade: “a análise em termos de economia de mercado [...] vai servir de esquema que se pode aplicar a campos não econômicos” (idem., p. 334), ou seja, uma grade de inteligibilidade pelo investimento.

A partir de 1960 entra em colapso o modelo fordista capitalista, que conseguiu, em certa medida, ampliar os direitos sociais dentro de uma lógica “produção – renda – demanda”, nos “países de primeiro mundo”. Devido a fatores apontados por Dardot e Laval (2016) como as duas grandes crises do petróleo (1973; 1979), houve um severo aumento nas taxas de inflação e desemprego. Somamos a esses fatores, os efeitos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que limitaram ainda mais o sistema fordista. A partir dessas crises, a nova política monetarista colocada em prática direcionou seus esforços para diminuir as taxas de inflação e aumentar os lucros das empresas:

O aumento brutal das taxas de juros à custa de uma grave recessão e de um aumento do desemprego permitiu lançar rapidamente uma série de ofensivas contra o poder sindical, baixar os gastos sociais e os impostos e facilitar a desregulamentação (Dardot; Laval, 2016, p. 196).

Neste contexto, foi construído pela tríade Europa, Estados Unidos da América (EUA) e Japão, o documento “The Crisis of Democracy”, que formulou um diagnóstico de 1975, na defesa da impossibilidade de se continuar com políticas de redistribuição no sistema capitalista, denunciando o “excesso de democracia” na década de 1960. Esses movimentos críticos ao Estado de bem-estar social se materializaram na norma neoliberal, instaurada nos anos 80, tendo como seus precursores Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA.

Importa destacar, que a estrutura do neoliberalismo exerce um impacto devastador sobre os países do chamado Sul Global, resultado das relações desiguais com as nações do Norte Global. Isso ocorre porque, segundo a teoria marxista da dependência, elaborada por autores como Ruy Mauro Marini (2009), o desenvolvimento econômico na periferia é condicionado pelo crescimento das economias dominantes, que restringem as possibilidades de autonomia das economias subordinadas. Dessa forma, os países periféricos só se desenvolvem como um reflexo da expansão das economias centrais. Para

Marini, essa dependência configura uma relação de subordinação, na qual as estruturas produtivas das nações dependentes são moldadas para garantir a perpetuação dessa desigualdade, reforçada pela dinâmica neoliberal. Assim, a superação dessa dependência só seria possível com a ruptura do sistema capitalista, que sustenta essa ordem global desigual.

O neoliberalismo, desde a década de 1970, emergiu como uma força dominante na América Latina, caracterizado por um conjunto de políticas que incluem privatizações, redução das garantias sociais, desregulação financeira e flexibilização dos direitos trabalhistas. A região se tornou um terreno fértil para a implementação dessas políticas, promovidas por uma coalizão de organismos financeiros internacionais, corporações multinacionais e governos nacionais. Este movimento, originalmente impulsionado pelas ditaduras militares, foi um mecanismo de contenção da insurgência popular e armada, além de servir como base para uma reestruturação neoliberal continuada nas décadas seguintes através de reformas estruturais profundas, em consonância com os ajustes das políticas econômicas globais (Gago, 2014).

Diante dessa análise sobre a influência desproporcional do neoliberalismo nos países do Sul Global, observamos uma clara conexão entre as estruturas macroeconômicas e a engenharia das subjetividades individuais. As políticas neoliberais, ao remodelarem não apenas os mercados, mas também as expectativas e capacidades individuais, pavimentam o caminho para uma reconfiguração profunda da identidade e da autonomia pessoal. Neste contexto, as reformas neoliberais na América Latina não apenas ajustaram as economias às necessidades dos mercados globais, mas também promoveram uma reformulação das normas sociais e das responsabilidades individuais, substituindo laços comunitários e redes de solidariedade por uma crescente individualização e competição. Assim, a emergência do *homo economicus* como modelo de sujeito predominante reflete uma extensão dessa governamentalidade neoliberal que transforma cidadãos em empreendedores de si mesmos. Este processo de subjetivação, ancorado nas dinâmicas de mercado, revela como as crises econômicas e de identidade são profundamente interligadas, influenciando a maneira como os indivíduos percebem seu papel e poder dentro da sociedade.

No capitalismo, há uma tentativa de produzir subjetividades alinhadas aos fluxos econômicos e tecnológicos, buscando articular economia e subjetividade. A partir dessa tese, recuperamos as reflexões de Lazzarato (2014), para o qual as crises sistêmicas estão fortemente interligadas com as crises de produção da subjetividade. Embora seja importante reconhecer as diferenças teóricas entre Lazzarato e os argumentos apresentados por Fraser e Jaeggi (2020), nota-se uma possibilidade frutífera de diálogo entre essas perspectivas a partir da noção de “crise neoliberal”. Tal conceito funciona como um ponto de convergência para explorar como os imperativos econômicos do neoliberalismo não apenas amplificam as desigualdades materiais, mas também reconfiguram os modos de subjetivação, contribuindo para um aprofundamento das crises sociais e culturais que desafiam os fundamentos do próprio sistema capitalista.

O neoliberalismo na modernidade, buscou destruir as relações sociais anteriores (tradições, para Ulrich Beck (2010) e ritos, para Miguel Benasayag (2019)), e promover a figura do empreendedor. O sujeito de interesse (Foucault, 2008), que se diferencia do sujeito de direitos, é este *homo oeconomicus* que funciona em um duplo involuntário: ao mesmo tempo que depende de uma totalidade de situações que fogem do seu controle, também atende seus interesses individuais, que a partir da perspectiva do liberalismo econômico desde Smith (1996), seria também proveitoso para a coletividade.

Contudo, esse projeto societário apresenta problemas, uma vez que desfaz a sociedade e provoca uma desterritorialização. Além disso, o fracasso da figura do empreendedor traz ao primeiro plano o homem endividado, uma subjetivação negativa, onde este já é de imediato culpado por seus fracassos, “fracassos despejados pelo Estado e pelo mundo dos negócios sobre a sociedade” (Lazzarato, 2014, p. 15). Para o mesmo autor, “a crise financeira não é apenas econômica, mas também uma crise de governamentalidade neoliberal cujo impulso para transformar todo indivíduo em proprietário, homem de negócios e acionista estagnou miseravelmente com o colapso do mercado imobiliário norte-americano” (Lazzarato, 2014, p. 15). Diante desta estagnação, o sistema capitalista na modernidade passa a ser caracterizado por um duplo regime de subjetividade: a Sujeição Social e a Servidão Maquínica.

A primeira, busca produzir um sujeito individualizado, em um modo de dominação do próprio sujeito sobre si (idem.). A segunda, funciona sob a desterritorialização de sujeitos e objetos, ou seja, transforma as subjetividades em componentes moleculares, como peças de uma máquina, pensadas de modo individual:

Dinheiro e finanças são perfeitamente capazes de desterritorializar (ou descodificar) a “matéria” social, como os últimos trinta anos de neoliberalismo mostraram. Eles minam e burlam leis (em particular as que lidam com trabalho e a previdência social), bem como as codificações dos sujeitos sociais, econômicos e políticos estabelecidos pelo fordismo. Empregados e suas instituições, empregadores e suas fábricas, o Estado e seu dispositivo de bem-estar têm sido submetidos a processos de desterritorialização que os transformaram radicalmente (Lazzarato, 2014, p. 30).

A Servidão Maquinica assimila uma multiplicidade de modos de subjetivação tanto das semióticas significantes (linguagem) como das semióticas a-significantes. Para explicar essas duas semióticas, Lazzarato (2014) recupera os estudos de Félix Guattari para o qual não são apenas os humanos que produzem agenciamento pela linguagem, argumentando a existência de agenciamentos complexos entre humanos, natureza e máquina. Dessa fonte de enunciação se diferenciam as “máquinas de signo de dinheiro, economia, ciência, tecnologia, arte etc.” as quais “funcionam em paralelo, ou independentemente do fato de produzirem ou transmitirem significações, contornando, dessa maneira, a linguagem, as significações e a representação.” (idem., p. 57). As semióticas a-significantes, deste modo, possuem efeito de despolitizar e despersonalizar ações, agindo no real pela ordem econômica, alcançando maior relevância na medida em que as tecnologias digitais se desenvolvem, dentro de um colonialismo algorítmico.

O termo “colonialismo” justifica-se na compreensão de que tais desterritorializações ocorrem em um capitalismo imperialista, onde se produz uma “deslocalização da produção industrial nestes últimos [os países ‘subdesenvolvidos’], que funcionam como subcontratação dos monopólios sem qualquer autonomia possível porque a sua existência depende de movimentos de capital estrangeiro.” (Lazzarato, 2020, p. 7, tradução nossa)⁴. Deste modo,

⁴ “deslocalización de la producción industrial en estos últimos [los países ‘subdesarrollados’], que funcionan como subcontratación de los monopolios sin ninguna autonomía posible porque su

Lazzarato conclui que “A máquina “centro/periferia” não desapareceu. Não só adotou uma forma neocolonial, mas também passou a fazer parte das economias digitais ocidentais.”⁵ (idem., p. 7, tradução nossa).

Essas economias ocidentais exploram “o processo de singularização e produção de novos modos de subjetivação centrados no desejo” (Lazzarato, 2014, p. 49), neste caso, um desejo maquínico, artificial, que vem de fora do sujeito. Nesse contexto, há uma produção em massa de subjetividades que expressam a convergência da Sujeição Social com a Servidão Maquínica, e que produzem ecos nas instituições modernas, como a escola.

Exemplos de como o neoliberalismo busca produzir subjetividades não faltam, como na área da saúde, midiática/jornalística, artística etc. No contexto educacional, foco deste artigo, o projeto de formação humana neoliberal ocorre principalmente por meio da produção de uma doxa na qual para problemas públicos há soluções privadas; uma crença de que o público é ineficiente. A privatização, nesse sentido, é frequentemente acompanhada de um mercado escolar financiado por recursos estatais, sucateando as escolas públicas. Junto deste fenômeno, há uma transferência de responsabilidade pela qualidade da educação do Estado para as famílias, em uma lógica meritocrática. Assim, estas são compelidas a selecionar as melhores opções educacionais disponíveis, cuja acessibilidade é frequentemente determinada pela capacidade econômica de cada família, subordinando o direito à educação à lógica do mercado.

Instituição Escolar e a crise de sentido: BNCC como objeto de análise

A instituição escolar moderna, marcada pelo período Republicano, participou do projeto iluminista que “cria uma ‘cena de regulação, que introduz a universalidade como descritor jurídico’ e uma ‘cena de representação’ na qual apenas o colonizador tem um juízo interno capaz de reconhecer e interpretar a representação.” (Mirzoeff, 2023, p. 5). A partir desse velado plano, a democratização da escola limitou-se de maneiras diferentes no mundo. Em

existencia depende de los movimientos de capital extranjero” (Lazzarato, 2020, p. 7).

⁵ “La máquina “centro/periferia” no ha desaparecido. No solo ha adoptado una forma neocolonial, sino que también ha pasado a formar parte de las economías digitales occidentales” (idem., p 7).

países do Norte global, essa democratização apesar de ter alcançado a garantia de oferta e igualdade de oportunidades formais, foi limitada pelas desigualdades culturais presentes nos currículos e avaliações, denunciadas com excelência pelo sociólogo Pierre Bourdieu na década de 1960. Já nos países do Sul global, como o Brasil, a democratização -conquistada efetivamente com a Constituição Federal de 1988- trata-se de uma “demografização”, ou seja, oferta tardia de acesso à escola e não democratização das chances escolares, envolvendo assimetrias econômicas e culturais entre agentes de diferentes classes sociais (Valle, 2017). Desta maneira, a escola republicana moderna era, e ainda é, mais uma instituição que reproduz a sociedade, favorecendo os já favorecidos e desfavorecendo os desfavorecidos.

Essa promessa de oportunidades iguais, que garantiria um lugar no mercado de trabalho, legitimado pela instituição escolar, entra em colapso diante das transformações econômicas e sociais no neoliberalismo. Beck (2010) retrata essa estagnação ao comparar o sistema educativo com uma “estação-fantasma”,

[...] pela qual os trens já não circulam conforme previsto. Quem quiser viajar – e quem há de querer ficar em casa quando ficar em casa significa o fim de qualquer perspectiva de futuro -, precisa entrar em alguma das filas de espera dos guichês que vendem bilhetes para trens que de qualquer jeito já estão lotados [...]. Como se nada tivesse acontecido, os funcionários educacionais sentados atrás dos balcões de venda de passagens oferecem, com grande pompa burocrática, bilhetes para lugar nenhum e ‘ameaçam’, encarralando aqueles que se puseram em fila diante deles: “sem bilhete vocês jamais poderão viajar no trem!”. E o pior é que eles ainda têm razão...! (Beck, 2010, p. 219).

Nessa crise da consagração escolar, o projeto formativo se modifica, agora alinhado às novas demandas econômicas, na lógica de mercado. As reformas neoliberais educacionais orientadas por grupos internacionais do campo econômico como FMI e Banco Mundial, encontram repercussões nas pedagogias das competências, na formação e educação ao longo da vida, no direito individual à educação, projetos de vida, no preterimento do conceito de “equidade” em detrimento da “igualdade”, etc.

Nesse sentido, a contemporaneidade parece deslocar-se das Sociedades Disciplinares, onde há poderes regulatórios, principalmente por meio do confinamento em instituições como prisões e escolas (Deleuze, 1992), e

orientar-se para Sociedades do Controle, do controle contínuo e comunicação instantânea.

O que está sendo implantado, às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento. Os hospitais abertos, o atendimento a domicílio, etc., já surgiram há muito tempo. Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional – um outro meio fechado -, mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível **formação permanente**, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. Tentam nos fazer acreditar numa reforma da escola, quando se trata de uma liquidação (Deleuze, 1992, p. 216, grifo nosso).

Deste modo, a crise da escola relaciona-se à instalação de novos tipos de sanções na sociedade contemporânea. Nas sociedades do controle, há um ímpeto por modelizar e digitalizar, em uma lógica maquínica, onde tudo se torna empresa, reduzindo as potencialidades de sindicatos ou direitos trabalhistas.

A partir da ampliação do conceito de trabalho no neoliberalismo, donas de casa, desempregados, crianças dentre outros sujeitos antes identificados como improdutíveis, agora são capturados pelo ímpeto da produção. Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo, “não é nada mais que um agenciamento de agenciamentos ou processos (a empresa, o social, o cultural, o tecnológico, o político, o gênero, as comunicações, a ciência, o consumo), articulado uns aos outros” (Lazzarato, 2014., p. 45), operando principalmente por meio de lucro, impostos e aluguel.

Agenciamentos esses que se impõem ao sujeito, antes mesmo dele nascer, “um ‘exoesqueleto’ que ele deve saber vestir para atender às necessidades da sociedade. O ponto de vista aqui é puramente econômico e produtivista” (Benasayag, 2019, p. 11). Ao preparar as crianças para um mundo tão duro quanto o nosso, construímos esse mesmo futuro, dentro de um processo formativo que Benasayag (idem., p. 11) resume na frase “desintegra-te e a sociedade poderá te integrar”. A educação, portanto, se torna a pedagogia das competências,

[...] uma educação puramente utilitária, sem transmissão de cultura ou atenção ao desenvolvimento das afinidades eletivas da criança; educar significa ensinar a se modelar de acordo com os esquemas da sociedade do desempenho. Serás

‘educado’ quando tiveres aprendido a sufocar [...] tudo o que possa perturbar ou bloquear a fluidez exigida pelo mercado de trabalho [...] (idem., p. 11).

A formação sob a égide do capital, busca homogeneizar todas as semióticas à semiótica do capital. “A iniciação ao capital implica antes de tudo essa iniciação semiótica a vários códigos de traduzibilidade e aos sistemas que lhes correspondem” (Lazzarato, 2014, p. 65), da qual a escola participa, produzindo conhecimento, atitudes e estereótipos. Essa semiótica dominante é produzida principalmente pela formalização, a partir da qual podemos pensar, no contexto educativo, os currículos oficiais.

Nesse contexto, a linguagem funciona como matéria-prima para a formatação semiótica responsável pela fabricação de um sujeito individuado, adaptado às significações dominantes que lhe atribuem um papel, uma identidade e uma função dentro da divisão social do trabalho (idem., p. 83).

Em outras palavras, no contexto educacional contemporâneo, as transformações profundas nas instituições escolares, orientadas pelas políticas neoliberais, estão alinhadas com as exigências de um mercado globalizado. Essas mudanças são elucidadas pelas teorias de Deleuze (1992) sobre as sociedades de controle, que oferecem um quadro teórico para entender como a autonomia educacional tem sido suplantada por uma lógica de avaliação contínua e quantificação de desempenho. Este cenário reflete o processo de subjetivação que Lazzarato (2014) descreve, onde os indivíduos são incentivados a se comportar como ‘empreendedores de si mesmos’. A ênfase crescente em habilidades quantificáveis e competências diretamente aplicáveis ao mercado de trabalho desloca a educação de seu papel tradicional de formar cidadãos críticos e engajados, incentivando uma cultura de competição e eficiência.

No campo educativo, essa semiótica dominante disputa nas relações micro e macro, desde o agenciamento de sujeitos professores da escola pública para a compra de um ar- condicionado por meio de uma “vaquinha”, até a imposição de um currículo nacional com base na pedagogia das competências: a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) exemplifica o alinhamento das políticas educacionais às estratégias neoliberais ao adotar uma lógica de mercado que privilegia a formação de competências e habilidades específicas, como empreendedorismo, resolução de problemas e criatividade, altamente

demandadas pelo mercado de trabalho, em detrimento de uma educação crítica e reflexiva. Esse direcionamento é perceptível em diversas frentes, como o incentivo à participação de atores privados na formulação e implementação de políticas educacionais, incluindo fundações empresariais e plataformas digitais, bem como na reconfiguração da formação docente para atender aos padrões da BNCC, com ênfase em práticas instrucionais e na obtenção de resultados mensuráveis. Além disso, verifica-se a fragmentação curricular baseada em avaliações padronizadas que priorizam métricas de eficiência em detrimento da contextualização social. Essa lógica é reforçada pela governamentalidade neoliberal, como descrita por Foucault, que se materializa na sala de aula por meio da internalização das exigências de eficiência e produtividade, observadas na crescente implementação de métodos de ensino orientados por resultados e práticas avaliativas uniformizadas. Em referência a esta última, destacamos dois trabalhos que denunciam a BNCC como uma encomenda do campo econômico para o campo educacional, dentro de um projeto formativo utilitário. O primeiro, trata-se da tese de Silva (2018), que demonstra como a presença das competências socioemocionais na BNCC para o Ensino Médio (EM) participa de um novo projeto formativo estratégico para o campo econômico pós crises iniciadas na década de 1970. Para a autora, trata-se de uma captura da subjetividade em prol da administração das emoções, ação relevante para uma trajetória escolar e profissional de sucesso no mundo contemporâneo. Esse projeto socioemocional apresenta como principal fomentador a organização filantrópica Instituto Ayrton Senna (IAS), em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e a UNESCO, defendendo a promoção de características como “[...] o grau de extroversão, amabilidade, conscientização ou conscienciosidade, estabilidade emocional e abertura a novas experiências” (Silva, 2018, p. 53), também conhecidas como flexibilidade, disciplina e iniciativa, qualidades caras ao *homo oeconomicus*.

Essa aliança de organismos internacionais junto de organizações filantrópicas resulta nos principais agentes da “reforma educativa”. Além do IAS, outra importante instituição no processo de construção e homologação da BNCC foi a Fundação Lemann. Analisada no segundo trabalho que aqui destacamos, o artigo de Tarlau e Moeller (2020) registrou as ações desta fundação, criada por Jorge Paulo Lemann, em 2002, e que a partir do ano de 2010,

com o aumento da fortuna de seu fundador, direciona-se para as políticas públicas brasileiras.

Com um poder econômico crescente e uma agenda para transformar a educação pública brasileira, a Fundação Lemann começou a buscar uma nova iniciativa de política pública “baseada em evidências”, que poderia ter um impacto nacional e de longo alcance. A Base Nacional Comum Curricular logo se tornou o mais importante projeto filantrópico da Fundação Lemann (Tarlau; Moeller, 2020, p. 565).

Em 2013, ocorreu o seminário “Liderar reformas educacionais: fortalecer o Brasil para o século XXI”, organizado pela Lemann na Universidade Yale, com palestrantes representantes da *Common Core* dos EUA. O evento, que contou com financiamento de passagens áreas dos convidados brasileiros, foi palco para a construção da rede de apoio à BNCC, o Movimento pela Base (Tarlau; Moeller, 2020).

No ano seguinte, por pressão de grupos defensores da BNCC, houve a inclusão da estratégia 7.1 na meta 7 do PNE (2014), garantindo um amparo legal para a construção do currículo nacional:

7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a **base nacional comum dos currículos**, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (Brasil, 2014, grifo nosso).

Durante a escrita do documento, entre 2015 e 2017, Tarlau e Moeller (2020) afirmam que a Fundação Lemann, mesmo não tendo participado explicitamente do processo de redação da base, monitorou sua escrita, tendo reuniões com representantes do MEC e recebendo versões do documento antes mesmo de sua publicação.

O fato de que uma fundação privada teve acesso a um documento governamental, antes de quaisquer outras organizações da chamada sociedade civil, confirma a extensão da presença e do poder da Fundação Lemann dentro do Estado brasileiro (Tarlau; Moeller, 2020, p. 591).

Essa transferência de agentes do campo econômico para o educativo, também indica transferência de objetivos. Deste modo, identificamos que a BNCC, respondendo à crise do sentido de escola, compõem um cenário de reformas que carrega um novo projeto formativo que atenda aos interesses

do capital, semiótica a-significante, sistematizada na Pedagogia das competências.

Considerações finais

As reformas neoliberais educacionais a partir da década de 1990 permanecem em constante modificações e disputas, exemplificadas em políticas como a Base Nacional Comum Curricular (2017; 2018), na Reforma do Ensino Médio (2017), militarização das escolas, formalização dos Homeschooling, Ensino à Distância no Ensino Médio ou defesas de Escola sem Partido. Nesse contexto neoliberal, a semiótica dominante é a do capital, que busca aplicar a lógica econômica como grade de inteligibilidade do mundo, de maneira despersonalizada e despolitizada, não se opondo a regimes de governo cada vez mais autoritários.

Diante das críticas antirracistas, feministas e decoloniais aos supostos universalismos da escola republicana e às instituições modernas que reproduzem desigualdades, não se trata de querer voltar às velhas instituições da Sociedade Disciplinar (escola, prisões, estado etc.) mas buscar criar novos tipos de acontecimentos (Deleuze, 1992), que pressupõe novas maneiras de pensar. É preciso acreditar no mundo, o que significa “suscitar acontecimentos, mesmo que pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaço-tempo, mesmo de superfície ou volume reduzidos” (idem., p. 218).

Com base na análise das transformações impulsionadas pelas políticas educacionais neoliberais, evidencia-se a urgência de reflexões críticas e a formulação de diretrizes para investigações futuras. A intrusão da lógica mercantil no sistema educacional, exemplificada pela implementação da Base Nacional Comum Curricular e reformas correlatas, sublinha a necessidade de uma reavaliação profunda do papel social da educação. Este deslocamento de uma perspectiva inclusiva e crítica para modelos que privilegiam a competitividade e a produtividade indica uma reorientação dos sistemas educacionais, que passam a atender primordialmente às demandas imediatas do mercado de trabalho, negligenciando a formação cidadã, a capacidade crítica e o desenvolvimento integral dos indivíduos.

A investigação de abordagens educacionais que reincorporem valores de justiça social poderia oferecer alternativas para políticas educacionais que não considerem a formação de força de trabalho apenas, mas que promovam a formação de cidadãos conscientes e participativos. Ademais, estudos comparativos que examinem o impacto dessas políticas em diversos contextos socioeconômicos podem elucidar como as variáveis regionais afetam a implementação e os resultados das reformas educacionais. Por fim, diante do papel crescente das tecnologias digitais na educação, seria valioso estudar como as inovações podem ser empregadas tanto para reforçar quanto para questionar os pressupostos neoliberais. Esses estudos poderiam fundamentar a criação de intervenções educacionais que sejam inclusivas e menos alinhadas às dinâmicas mercadológicas, assegurando que a educação mantenha seu status como um pilar essencial de formação humana ética, estética e política na sociedade.

PROJETOS FORMATIVOS NAS CRISES DA MODERNIDADE: educação pública brasileira e reformas educativas

Resumo: Este artigo examina os impactos do neoliberalismo sobre as instituições modernas, com foco na escola pública brasileira. A investigação centra-se em como as crises geradas pelo modelo neoliberal reconfiguram os projetos de formação humana e moldam subjetividades, conforme discutido por Lazzarato (2014), contribuindo para um colapso do sentido e da função da escola. A análise destaca o impacto das reformas educacionais no contexto da crise de subjetividades (Fraser e Jaeggi, 2020), que orienta a educação para uma lógica de controle contínuo, formação permanente, eficiência e auto-otimização. Nesse cenário, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como um exemplo paradigmático de alinhamento às demandas do mercado, ao adotar a Pedagogia das Competências como eixo central. O texto conclui ressaltando a necessidade urgente de reimaginar políticas educacionais que transcendam a lógica econômica, promovendo valores de justiça social e uma formação integral que resgate o sentido crítico e emancipador da escola.

Palavras-chave: neoliberalismo, educação, subjetividade, crise, governamentalidade.

TRAINING PROJECTS IN THE CRISIS OF MODERNITY: Brazilian public education and educational reforms

Abstract: This article examines the impact of neoliberalism on modern institutions, with a focus regarding Brazilian public schools. The study explores how crises generated by the neoliberal model reshape human development projects and reconfigure subjectivities, as discussed by Lazzarato (2014), contributing to a collapse in the purpose and role of schools. The analysis highlights the impact of educational reforms in the context of the subjectivity crisis (Fraser and Jaeggi, 2020), which steers education toward a logic of continuous control, lifelong training, efficiency, and self-optimization. In this scenario, the National Common Curricular Base (BNCC) serves as a paradigmatic example of alignment with market demands, centering on the Pedagogy of Competencies. The article concludes by underscoring the urgent need to reimagine educational policies that transcend economic rationality, promoting values of social justice and holistic education to restore the critical and emancipatory role of schools.

Keywords: neoliberalism; education; BNCC; subjectivity; crisis; governmentality.

SOBRE OS AUTORES

Bárbara Ortega

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFMS), é atualmente doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com bolsa CAPES. Também participa do Projeto de Pesquisa intitulado “Biopolítica e a produção de informações na contemporaneidade: entre biomoléculas e algoritmos”. Dentre as temáticas de interesse, destacam-se a Digitalização da Vida, Colonialismo Digital, Plataformas Educativas e seus projetos formativos intrínsecos. E-mail: barbara.ortega@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6724-4400>.

Santiago Pich

Possui graduação em Educação Física pelo Instituto del Profesorado En Educación Física (IPEF - Córdoba - Argentina) (1996), mestrado em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (1999) e doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2009). Pós-doutorado realizado na Universidade de Barcelona (UB) (2019), junto ao grupo de Pesquisa em Pensamento Pedagógico e Social (GREPPS). Professor do Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É Co-líder do Grupo de Pesquisa LABORATÓRIO DE PESQUISAS SOCIOLOGICAS PIERRE BOURDIEU (LAPSB). E-mail: santiago.pich@yahoo.com.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8064-1320>.

Caroline Bresolin Maia

Doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na área de Condicão Humana e Saúde na Modernidade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Mestra em Direito pela Faculdade Meridional de Passo Fundo (IMED/ATITUS). Pesquisadora do Laboratório de Ética Ambiental e Animal (UFF). Também participa do Projeto de Pesquisa intitulado “Biopolítica e a produção de informações na contemporaneidade: entre biomoléculas e algoritmos”. Membro do Observatório de Justiça Ecológica (UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa FUNDDIH - Fundamentos e Dimensões dos Direitos Humanos (IMED/ CNPq). Particular interesse na pesquisa interdisciplinar, em temas como: Neoliberalismo, Autoritarismo e Meio Ambiente, Sociologia Política, Democracia e Poder, Ecologia Política, Ética Ambiental e Animal, Justiça Climática e Ambiental. E-mail: carolbresolin@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4975-0884>.

Referências

- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno n. 2. *Base Nacional Comum Curricular*, 2017, 2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- FALQUET, Jules. *Pax Neoliberalia: mulheres e a reorganização da violência neoliberal*. São Paulo: Sabinfluência edições, 2022.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978- 1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na Teoria Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GAGO, Verónica. *Razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

LAVAL, Christian.; DARDOT, Pierre. O comum deve fundar a democracia social. In: CHAUI, M.; MAZZEO, A. C.; FONTES, V.; MIGUEL, L. F. *Democracia em colapso? Curso: A democracia pode ser assim: História, formas e possibilidades*. São Paulo: Boitempo; Sesc, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, Máquinas, subjetividades*. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

MIRZOEFF, Nicholas. Não é o Antropoceno, é a cena da supremacia branca ou a linha divisória geológica da cor. *Buala*, 2023. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/nao-e-o-antropoceno-e-a-cena-da-supremacia-branca-ou-a-linha-divisoria-geologica-da-cor>. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, Márcio Magalhães da. *A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – UNESP, Araraquara, 2018.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Curriculum sem Fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://pure.psu.edu/en/publications/o-consenso-por-filantropia-como-uma-funda%C3%A7%C3%A3o-privada-estabeleceu->. Acesso em: 10 set. 2024.

VALLE, Ione Ribeiro. A persistência do projeto arquitetônico piramidal da escola e da universidade brasileiras. In: SETTON, Maria da Graça Jacintho (Org.). *Mérito, desigualdades e diferenças: cenários da (in)justiça escolar Brasil e Portugal*. São Paulo: Annablume, 2017.

The Creative Commons License in Revista InterMeio

CC BY-NC-SA: This license allows reusers to distribute, remix, adapt, and build upon the material in any medium or format for non-commercial purposes only, and only so long as attribution is given to the creator. If you remix, adapt or build upon the material, you must license the modified material under identical terms.

CC BY-NC-SA includes the following elements: • BY: Credit must be given to the creator; • NC: Only noncommercial uses of the work are permitted; • SA: Adaptations must be shared under the same terms.